CORREIO BRAZILIENSE

Rito sumário

A CPI do Orçamento já dispõe de dados concretos para punir alguns parlamentares graúdos, acusados de comandar a roubalheira contra o Orçamento da União. E está sendo instada a adotar imediatamente o recurso do rito sumário para remover de cena esses personagens.

Fala-se que pelo menos João Alves e seus Anões podem ter seus mandatos liminarmente cassados, de modo a atenuar as pressões externas contra o Congresso e dar uma demonstração objetiva à sociedade de que, desta vez, não prevalecerá o espírito de corpo.

A instituição vive incômodo dilema. Tem a responsabilidade de efetuar a revisão constitucional, etapa decisiva para o reequilíbrio da vida econômica e social do país, mas não pode fazê-lo por razões de ordem moral. Está simplesmente paralisada pelo lamaçal das acusações contra algumas de suas mais influentes lideranças.

As acusações, em graus variados, alcançam inclusive os que comandam o processo de revisão constitucional. De todos os acusados influentes, o único até aqui a exibir provas materiais convincentes — isto é, a relação de seus bens e a respectiva variação nos últimos cinco anos — de que não está envolvido nas irregularidades foi o presidente do Senado, Humberto Lucena. Os demais — entre outros, os líderes do PMDB Mauro Benevides, e Genebaldo Correa, o relator do regimento da revisão, Ibsen Pinheiro, e os deputados Ricardo Fiúza e Cid Carvalho — não foram ainda além da reação puramente emocional, que pouco ou nada vale diante da veemência das provas materiais.

A pergunta está sendo: como fazer a revisão constitucional com esses acusados a bordo? Ou então: como tirá-los de cena sem ser pela punição formal? Alguns, é verdade, ainda não tiveram a oportunidade de depor e expor suas

razões. É o caso de Genebaldo Correa, Ibsen Pinheiro e Mauro Benevides. Outros, porém, como João Alves e Cid Carvalho, já queimaram todos os seus cartuchos, em vão. Enquanto esses parlamentares, contra os quais já não resta a menor dúvida, continuarem na ativa, não há como impedi-los de exercer o mandato na plenitude. Ao mesmo tempo, é insuportável a idéia de tê-los revendo a Constituição ou, disparte ainda maior, punindo seus colegas Nobel e Onaireves Moura por fala de decoro. Onaireves e Nobel, como se recorda, compravam passes de deputados para o insignificante PSD, um partido de aluguel, à base de 30 mil dólares per capita.

Alves & Cia. roubavam dinheiro grosso do Orçamento, na escala dos milhões de dólares; em grande parte destinado à benemerência social (mendigos, menores carentes, idosos etc.). Diante de Alves, Nobel e Onaireves são dois inofensivos escoteiros-mirins. Mesmo assim, foram impedidos por Inocêncio Oliveira — e com toda a razão — de sequer ter assento nas reuniões de liderança da Câmara. Embora legalmente não tenham sido ainda condenados, os dois já estão banidos do convívio parlamentar e vagam como dois zumbis pelos corredores do Congresso.

Se assim ocorre com eles, cujo delito, embora grave, é inferior, pelos estragos produzidos, ao dos Anões do Orçamento, como agir com Alves & Cia.? A idéia do rito sumário — isto é, a cassação imediata dos já inevitavelmente enredados na roubalheira — tem sido defendida como único meio de salvar a revisão constitucional. Sem um gesto categórico de condenação aos ladrões do Orçamento, o Congresso terá dificuldade de romper a paralisia política e lidar com as manifestações de protestos que já começam a movimentar as ruas.